

NOTAS

## PAPEL DA MEMÓRIA

Não pretendo fornecer um levantamento exaustivo do trabalho da manhã, nem resumir as três apresentações de que nos beneficiamos. Gostaria simplesmente de dar a tonalidade delas, acentuando o que me pareceu ser as nervuras principais do debate.

De início, uma observação de conjunto sobre as três apresentações: Pierre Achard trabalha em sociolinguística e em análise de discurso, Jean Davallon em semiótica e sociosemiótica do espaço e Jean-Louis Durand efetua pesquisas semióticas sobre o gestual na antiguidade ateniense clássica.

Corríamos o risco então de ter discussões agradavelmente paralelas, sem ponto de contato: por exemplo, uma sobre os textos e os discursos, e outra sobre a imagem. De fato, a questão do papel da memória permitiu um encontro efetivo entre temas a princípio bastante diferentes. Esta questão conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior)

é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade - com a qual é preciso um dia se confrontar - de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à lingüística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização...

Não é de se admirar, nessas condições, que a idéia de uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória tenha sido constantemente presente, sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto de referência:

- o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;

- o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

No que concerne aos múltiplos registros evocados acima, que formam uma continuidade problemática entre a lingüística e as disciplinas de interpretação (restando saber em que medida a própria lingüística é ou não uma disciplina de interpretação), um acordo muito amplo se manifestou, nas presen-

tações e na discussão, sobre a especificidade da ordem propriamente lingüística (definida por exemplo como a da variação combinatória, à qual J.-C. Milner se referiu em sua apresentação), em relação à ordem do discursivo, e *a fortiori* em relação às do icônico, do simbólico ou da simbolização.

O fato de que possa existir localização de traços distintivos e de oposições pertinentes na esfera do icônico, por exemplo, não conduziu ninguém a supor que, mesmo para uma sincronia dada, haveria universais do icônico (pessoalmente, a impensabilidade de uma sintaxe do icônico me parece marcada pela inexistência da negação e da interrogação no interior da imagem). A questão de uma possível combinatória culturalmente determinada dos segmentos gestuais (a propósito da qual J.-L. Durand mencionou certos trabalhos etnológicos americanos recentes) coloca provavelmente um problema bem diferente, mas não desemboca mais em impossíveis universais gestuais.

Concebemos desde então que o fato incontornável da eficácia simbólica ou “significante” da imagem tenha atravessado o debate como um enigma obsediante, e que, por seu lado, os fatos de discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva, tenham podido aparecer como uma espécie de problemática-reserva. Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do *visível* ao *nomeado*, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. Na transparência de sua compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona enquanto diagrama, esquema ou trajeto enumerativo. Refiro-me a tudo o que Jean Davallon adiantou a esse respeito.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. Ora, acontece que esta é uma das questões cruciais atualmente abordadas pela análise de discurso: uma discussão aberta a esse respeito, que - sem ser puro negócio de boutique - reveste apesar de tudo um caráter relativamente “técnico”. A questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão “ausentes por sua presença” na leitura da seqüência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto? P. Achard levanta a hipótese de que não encontraremos nunca, em nenhuma parte, explicitamente, esse discurso-vulgata do implícito, sob uma forma estável e sedimentada: haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem a meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos). Mas, sempre segundo P. Achard, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;

- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos”.

Em relação com a questão da regularização, a da repetição (dos itens lexicais e dos enunciados) prolongou o debate: a repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações, e assegura - sobretudo ao nível da frase escrita<sup>1</sup> - o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material.

Mas a recorrência do item ou do enunciado pode também (este é um ponto introduzido por Jean-Marie Marandin na discussão) caracterizar uma divisão da identidade material do item: sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase.

Esse efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os “implícitos” não são mais reconstrutíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de seqüências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua

significação ou suas condições implícitas de interpretação.

Trata-se, de outro modo, de retirar-se provisoriamente, taticamente, da questão do sentido, sabendo ao mesmo tempo que a questão da interpretação é incontornável e retornará sempre. A esse propósito, devo fazer um esclarecimento a respeito da fala de Sylvain Auroux, que me atribuiu uma controvérsia com J.-C. Milner sobre a questão de saber se ele se estimava ou não ser colega de Beauzée: parece-me útil explicar um pouco de que se trata! A questão concerne de fato ao estatuto da lingüística frente às disciplinas de interpretação. Eu tinha perguntado a Vidal-Naquet (a partir da alusão ao artigo de Nicole Loraux "Tucídides não é um colega", muito citado no decorrer dessas jornadas), se, para ele, Tucídides, sem ser seu colega, era não obstante um historiador; questão à qual P. Vidal-Naquet respondeu: "Sim, certamente!", o que implica que não há começo histórico assinalável para a disciplina histórica, na medida em que a história é uma disciplina de interpretação: para um físico, por exemplo, o problema de saber se Aristóteles é um colega não se coloca. Aristóteles não é para ele nem um colega, nem um físico. Minha questão a J.-C. Milner concernia então de fato à posição da lingüística a respeito da interpretação. Perguntar-se se há ou não um momento histórico assinalável em que se pode dizer de alguém "é um lingüista", não é então colocar um mero problema de datação, mas levantar a questão de saber se a lingüística é uma disciplina puramente "experimental", ou se ela tem necessariamente algo a ver (de modo complexo, equívoco, ambíguo... mas algo a ver) com as disciplinas de interpretação, desde a história até a psicanálise.

Fecho este parêntese para retornar à questão da interpretação em análise de discurso: P. Achard caracterizou esse movimento de retirada provisório da questão do sentido e da vontade de interpretar, lembrando o provérbio chinês "Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo". Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os

gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória "perdeu" o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

A imagem muda é por exemplo o choque opaco de uma imagem de vaso grego: a arqueologia possui apenas o olho, quer dizer, imagens e textos, sem coincidência, e não, como a antropologia de hoje, o "a mais" do ouvido (a voz, a "trilha sonora"). O que evoco aqui remete à apresentação de J.-L. Durand, que mostrou como a epopéia heróica grega fazia irrupção nas cenas visuais da democracia ateniense (em particular as cenas funerárias), através de telescopias burlescas por seu anacronismo (mais ou menos como se mostrássemos Vercingétorix a bordo de um avião a jato).

No outro extremo, o choque opaco do acontecimento televisual é também algo que não se inscreve, na medida em que está sempre "já lá", no retorno de um paradigma pesado que se repete no interior de sua aparição instantânea: por exemplo (intervenção de Maurice Mouillaud), a história do submarino soviético perdido no Báltico, quando este vem à superfície da tela de TV; o submarino está sempre lá, não necessariamente no fundo do mar, mas nas profundezas de um paradigma que estrutura o retorno do acontecimento sem profundidade.

Reencontramos assim, para finalizar, a questão da relação entre a imagem e o texto: no entrecruzamento desses dois objetos, onde estamos, tecnologicamente e teoricamente, hoje, com relação a esse problema que, após Benveniste, Barthes designou com o termo "significância"?

Em que pé estamos com relação a Barthes? Barthes era tanto lingüista dos textos como teórico das imagens, ou de preferência não era nem um nem outro (quer dizer, nem lingüista, nem semiólogo, nem analista) mas antes de tudo o esboço contraditório de gestos que tentamos hoje reencontrar, e que ele soube agenciar à sua maneira talvez única, quer dizer, em pessoa - logo também, e de maneira equívoca: como pessoa?

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior<sup>2</sup>.

Michel Pêcheux

## NOTAS

MAIO DE 1982: OS SILENCIOS DA MEMÓRIA

1. Assinale-se a esse propósito uma intervenção de Françoise Madré, problematizando a relação escrito/oral do ponto de vista da repetição e da memória.
2. Penso nas teses desenvolvidas por Paul Veyne, que poderiam bem ilustrar esse pantextualismo que foi designado como risco constante no decorrer dos debates. O último livro de P. Veyne "*Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes*" dá uma idéia desse frasco ideal do relativismo absoluto.